

MESTIÇAGEM NA SALVADOR REPUBLICANA:

Um olhar em Jorge Amado e em *Tenda dos Milagres*¹

FELIPE EUGÊNIO DE LEÃO ESTEVES²

Introdução

Tomando caminho pelos novos rumos historiográficos, que ampliaram a noção complexa de cultura, além dos objetos que fazem parte de seu estudo, trataremos aqui da literatura como fonte de aferição da História, concebendo-a como um campo *multi-diversificado*, no qual se observam “imagens que o homem produz de si mesmo, da sociedade em que vive e do mundo que o cerca” (BARROS, 2003: 148).

Nesse fluxo, a eleição do literato Jorge Amado (1912-2001) e sua obra *Tenda dos Milagres* (1969) surgem como coerência ao tema aqui abordado: a cidade de Salvador nas décadas iniciais da primeira república, suas movimentações culturais, políticas e urbanas e a relação dessas com o debate acerca de raça e mestiçagem. Essa coerência almejada se dá primeiramente em relação ao autor: Amado é baiano, nascido em Itabuna de onde se mudou ainda com dois anos para Ilhéus e poucos anos depois foi morar na capital Salvador; constituiu, então, sua formação nessa cidade, de onde invariavelmente retirou inspirações para seus romances. Dentre esses, o segundo motivo dessa escolha: *Tenda dos Milagres*, “que Jorge Amado disse ser seu predileto” e se faz de “um apaixonado manifesto em defesa da mestiçagem, que é insistentemente definida como ‘a solução brasileira para o conflito racial’” (REIS, 2010: 293).

Quando Jorge Amado recupera a imagem da Cidade da Bahia traz consigo todas as *complexidades das pressões e problemas existentes* (WILLIAMS, 2011: 455) de quem ali viveu na condição de peça social cotidiana — mergulhado ao caldo representativo de seu imaginário. As imagens que compõe nestes desenhos ilustram a ele mesmo como peça de um cenário tanto imaginativo quanto empírico. Quando Amado explana sobre o universo do

¹ Tema extraído do projeto de pesquisa de mestrado deste mesmo autor intitulado *A identidade mestiça ao contorno das movimentações sociais e urbanas na cidade de Salvador sob o olhar de Tenda dos Milagres*.

² É mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, onde também é membro do Núcleo de Estudos em História Social da Cidade – NEHSC, coordenado pela professora doutora Yvone Dias Avelino, também orientadora deste autor.

Pelourinho, revisa em realismo literário essa vivência empírica latente, se aproxima do que vê e do que vive com inspiração artística. Sendo assim, vive ou revive para criar, através de memórias e de imagens, partículas *refratadas da realidade* (AVELINO, 2001) — de tal forma, não seria distante pensar que esse autor também fala diretamente por sua imaginação do que “poderia ser”.

Essas imagens e esses sonhos possíveis extrapolam, então, suas balizas representativas de obra literária, que por si só contém “uma importante dimensão do viver, portanto uma prática social complexa, não redutível a sua dimensão discursiva” (PEIXOTO, 2006: 20). Em *Tenda dos Milagres*, fonte abordada aqui nesse trabalho, se nota por que caminho Jorge Amado percorria num desenhar de um cenário de época, num descrever do ambiente citadino ilustrativo na sua narrativa, composto da imposição de sua estética e de suas ambiências — traça, contudo, seu cenário mental e suas referências diante de uma Salvador de final de século permeada de dinâmicas sociais e urbanas singulares:

No amplo território do Pelourinho, homens e mulheres ensinam e estudam. Universidade vasta e vária, se estende e se ramifica no Tabuão, nas Portas do Carmo e em Santo Antônio Além do Carmo, na Baixa dos Sapateiros, nos mercados, no Maciel, na Lapinha, no Largo da Sé, no Tororó, na Barroquinha, nas sete Portas e no Rio Vermelho, em todas as partes onde homens e mulheres trabalham os metais e as madeiras, utilizam ervas e raízes, misturam ritmos, passos e sangue; na mistura criaram uma cor e um som, imagem nova, original. (AMADO, 1982: 13).

Esse olhar individual e específico do espaço urbano pode nos remeter ao tempo deste cenário: Salvador, início de século XX, inchaço populacional, demanda social com pobres emergentes — uma “população de ex-escravos migrantes” que “abandonaram as grandes propriedades para as cidades, como Salvador” (VASCONCELOS, 2002: 274) e se caracterizaram por uma camada popular em função do trabalho de economia informal ao Estado, em um contexto cultural heterogêneo de espaços e formas, que, ao mesmo tempo, se replica em unidade de identificação, onde fica claro: “na mistura criaram uma cor e um som, imagem nova, original”. Traz-nos a imagem da população e da cidade, da sistematização social e suas engrenagens, de um apanhado urbano e em sua profundidade, a ilustração de um formato estético. Notamos, portanto que a imagem dessa cidade descrita se desloca e sua heterogeneidade óbvia se constitui também de “elementos que formam um *conjunto*” (BARROS, 2012: 37), criam unidade.

Em vista dessas vias, tende-se aqui não apenas averiguar a obra literária desse autor como veículo de conteúdo e de sua confirmação ou confrontação da realidade exterior, mas

como essa realidade é abordada, aprofundada, questionada — visando a realidade teórica e científica da História, captando o excedente de sentido embutido no romance e assim levando a identificar a realidade estética da produção literária (AVELINO, 2001: 276). Assim, essa constante passa pelo entrecruzamento dos pressupostos teóricos e metodológicos que respondam pelos conceitos de representatividade, memória, identidade e imaginário — a fim de trazerem luz à questão da mestiçagem, suas identificações e dinâmicas nas relações culturais e urbanas da cidade de Salvador no período de virada entre os séculos XIX e XX e os anos que continuam a Primeira República; sob o farol literário e representativo de *Tenda dos Milagres*.

Jorge Amado e a exaltação à mestiçagem

Em revisão bibliográfica, observa-se o enquadramento dado ao discurso que Jorge Amado produziu enquanto literato, principalmente a segunda metade de suas produções durante o século passado: uma imagem intrinsecamente associada ao elogio à mestiçagem como um fator identificador da nação. Trabalhos acadêmicos o referenciam como *o artista da mestiçagem* que tratou de “costumes misturados, dos credos cruzados e das gentes de muitas cores e mistérios”. Um mundo povoado por “trabalhadores, pescadores, prostitutas, bêbados, boêmios, mulatas fogosas, morenos espertos, professores ingênuos, mães de santo, quituteiras”, além do olhar a uma elite aristocrática e seus poderes estabelecidos e inquestionáveis (SCHWARCZ, 2009: 35).

Assumindo que “a literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte” e o escritor assume o papel de construtor de “um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada” (CANDIDO, 2010: 187), é mensurável dizer que Amado estava submerso nos objetos simbólicos e ideológicos de seu tempo e respondia por eles: é o caso da *democracia racial* tão exaltada em *Tenda dos Milagres* e que encontrava respaldo nas formulações ideológicas de uma época, como em *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre: “assim, se Freyre foi um dos “pais da ideia” — ou ao menos aquele que a batizou —, Jorge Amado foi seu grande artista e divulgador” (SCHWARCZ, 2009: 39).

Compreende-se aqui que Jorge Amado, enquanto autor literário, é partícipe cultural e, através dele, o meio e a obra são subservientes entre si — suas afluências culturais e literárias desaguam num momento histórico, numa trajetória particular de escrita; mesmo que em

verossimilhança, a obra circula no bojo social e faz morada nos valores coletivos. Assim, o caráter que era externo transpõe esse conteúdo, o equacionando também internamente. “O ponto de intersecção mais sensível entre a história, a literatura e a sociedade está concentrado evidentemente na figura do escritor”, portanto, tal nível de análise “deve se voltar com maior atenção para situação particular do literato no interior do meio social e para as características que se incorporam no exercício do seu papel em cada período” (SEVCENKO, 1985: 246-7).

É, portanto, oportuno citar a conceituação de Raymond Williams acerca do que chamou de *Estruturas de Sentimentos* — na sua compreensão de cultura — e fazer a relação com a vivência de Jorge Amado, uma vez que o termo dá conta do indivíduo inserido em contextos, num presente vivido, respondendo a eles como elementos especificamente “afetivos da consciência e das relações, e não de sentimento em contraposição ao pensamento, mas de pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada” (WILLIAMS, 1979: 154). Assim, Williams adverte que a Literatura é também local de testemunhos e que não necessariamente seguem uma mesma *modalidade de discursos* (WILLIAMS, 2011: 27).

Outro conceito desenvolvido por Williams, o de *Comunidades Cognoscíveis*, também pode dar conta da leitura que há de ser feita sobre Jorge Amado. Tal formulação propõe que as parcialidades de um autor fazem parte de um campo específico — um universo de cogitação não necessariamente cronológico ou óbvio, mas parte de uma consciência de um grupo selecionado e de suas formas, todas demandadas por seus escritos, pelo que é escolhido silenciar ou exaltar: uma consciência *imposta à força* (WILLIAMS, 2011: 272) e fruto de “uma experiência prolongada, além da cotidiana” (WILLIAMS, 2011: 279). Portanto, se entende que Amado fala não de uma “comunidade conhecida, e sim da cognoscível: uma sociedade selecionada por um ponto de vista selecionado” (WILLIAMS, 2011: 300).

É notório que os escritos de Amado, a partir dos anos de 1950, propuseram avistar uma brasilidade pautada numa miscigenação cultural, abordando a raça, os credos, os costumes — invariavelmente ancorado à Bahia como um *laboratório* (SCHWARCZ, 1993) para essa observação. “No depoimento que dá para o filme *Jorge*, de João Moreira Salles, Amado brinca com o fato de que apenas depois dos anos 1930 teríamos deixado de pensar que éramos gregos, latinos ou espanhóis”, delegando essa herança aos “escritos de autores como Arthur Ramos, Gilberto Freyre ou Donald Pierson — a veicular não só as desvantagens, mas, sobretudo, as virtudes e a originalidade dessa brasilidade mestiça” (SCHWARCZ, 2009: 39).

Algumas obras desse período apontam para essa postura de Amado, com destaque para *Gabriela, Cravo e Canela* (1958); *A morte e a morte de Quincas Berro d'Água* (1959); *O Compadre de Ogum* (1964); *Os pastores da noite* (1964); encontrando esse ápice temático em *Tenda dos Milagres* (1969).

Portanto, também é de se frisar que o elogio à miscigenação nesse período era recorrente. Alguns intelectuais brasileiros, desde o início do século XX depositavam na mestiçagem valores positivos, “a exemplo de Silvio Romero e Oliveira Viana, por apostarem num crescente branqueamento da população pela predominância genética da que consideravam ser a ‘raça’ superior”; outros como Manoel Bomfim, que “viam a mestiçagem como síntese de ‘raças’ e culturas”, além de Gilberto Freyre que capitaneou a ideia de que o “mestiço na hierarquia social brasileira, tornar-se-ia o grande diferencial das relações raciais no Brasil”, argumento de que a miscigenação era chave “para a formação de uma ideologia da democracia racial” (REIS, 2010: 293-4).

Tais caminhos de pensamento postava certo contraponto às ideias positivistas de caráter determinista e evolucionista, que tiveram grande repercussão ao fim do século XIX e início do XX no Brasil principalmente nos estudos de Nina Rodrigues na Bahia, o qual via no mestiço um intercruzamento racial *sem valor* fadado a *degeneração das raças*, por se tratar de uma adaptação forçada de espíritos atrasados a uma *civilização superior* (RODRIGUES, 1957: 127).

A partir dos anos 1930, a ideia de conceber uma identidade nacional tomava corpo, de forma a intelectuais revisitarem constantemente os passados coloniais e as formas de interação étnica a fim de compreender um novo corpo social presente no país de caráter mestiço. Compreendendo o entendimento de que a identidade social passa pela reconstrução em si, através da memória, que não está exatamente localizada no passado, mas num sentimento de continuidade e de coerência (POLLAK, 1992: 204), nota-se que a memória individual de Freyre sobre os processos de mestiçagem no Brasil criou raízes e repercutiu. “Neste ponto, os grandes intérpretes do Brasil na época, como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., assinavam embaixo” (REIS, 2010: 294) e Jorge Amado também acena para essa influência ideológica quando elege o tema em *Tenda dos Milagres*:

O professor Azevedo tinha em preparo documentada tese sobre a contribuição de Archanjo à solução brasileira do problema, a ser sujeita ao conclave que, conforme propusera ao professor Ramos, podia usar como epígrafe uma frase de mestre Pedro nos Apontamentos sobre a mestiçagem nas famílias baianas: “Se o Brasil concorreu com alguma coisa válida para o enriquecimento da cultura universal, foi

com a miscigenação — ela marca nossa presença no acervo do humanismo, é a nossa contribuição maior para a humanidade”. (AMADO, 1982: 126).

Representações em *tendas* e Salvador em vias de “civilidade”

Tenda dos Milagres é a síntese mais completa do que Jorge Amado já proferia em seus escritos desde a segunda metade do século XX: a formação de um “povo” tipicamente brasileiro, filhos de um processo singular que se deu nesta terra, de raízes próprias e não mais provindos das heranças de terras além-mar, muito embora a mestiçagem — elemento centralizador da obra — só tenha ocorrido da forma que se deu por decorrência dos desbravos portugueses no novo continente. Sem tornar invisível a contribuição e ou a interferência lusitana, a narrativa aponta a mestiçagem como solução à brasileira para o “problema das raças: a fusão, a mistura, o caldeamento, a miscigenação” (AMADO, 1982: 120) — voz do herói do romance, Pedro Archanjo: mulato autodidata do Pelourinho, defensor da mestiçagem como valor positivo para o povo da Bahia. Como dito em um relatório policial sobre ele, em 1926, em meio à obra: “Pardo, paisano e pobre — tirado a sabichão e a porreta.” (AMADO, 1982: 11).

Em volta deste tema central, a obra literária trata de modernização urbana em Salvador; projetos civilizatórios como ameaçadores da cultura popular; da cultura de matriz africana, principalmente a religião; das lutas de classe e dos poderes sociais estabelecidos; da colonização cultural; e até de ditadura militar e o pensamento da juventude de esquerda. Todas essas questões são organizadas em dois tempos narrativos: o próprio tempo de escrita do romance, no ano de 1968, e um tempo passado, que compreende a vida de Pedro Archanjo, finais do século XIX, até 1943, ano de sua morte. Os dois tempos propostos pelo autor dialogam numa lógica de razões e efeitos, ou seja, o tempo passado invariavelmente responde pelos estamentos do tempo presente.

Tratando do tempo passado, o qual a obra de Amado se remete — passagens entre os séculos XIX e XX —, porém, no âmbito extra literário — na seara do “real” — Salvador, como diversas outras grandes cidades do país em mesmo período, passavam por gritantes alterações sociais, políticas, culturais e urbanas. As últimas décadas do século XIX foram tomadas por uma crescente propaganda republicana; ideias abolicionistas que vinham inquietando as oligarquias e semeando novas formas de relação do negro escravizado frente a uma sociedade de contemplações ideológicas racistas; a virada do século, que por si só emanava ares de “novos tempos”; e a ciência médica com elaborações deterministas que

representavam a resistência ideológica frente ao novo dinamismo social que se aproximava. Esses fatores denotaram as incompatibilidades contextuais para com os interesses oligárquicos da elite econômica baiana.

A Bahia vivia um ostracismo que a distanciava dos ideais progressistas e a mantinha em estado saudosos de épocas gloriosas de quando Salvador era capital do Império e centro primeiro das demandas políticas e sociais. “O motivo da rejeição das elites baianas ao novo regime se encontrava nos seus valores tradicionais” (SAMPAIO, 1985: 47-8), sendo assim, a Bahia se tornou uma espécie de reduto monarquista, “um centro de resistência em defesa do regime monárquico e da pessoa do imperador dom Pedro II”. De todo modo, as inquietações oligárquicas não tinham respaldos político e militar em âmbito nacional, “sobretudo quando comparada aos grandes centros do republicanismo brasileiro nos anos de 1870 e 1880 (Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais)” (TAVARES, 2008: 296-7). De tal forma, mesmo com insurreições pró-monarquia, a Bahia trilhou o caminho republicano em 1889.

O estabelecimento do governo republicano e a assinatura de abolição da escravatura não trouxeram na prática a esperada aproximação das camadas sociais, bem como a inclusão acessível do negro alforriado aos meandros da civilidade, como se leva a imaginar. O processo civilizatório em curso, pelo contrário, reafirmou o distanciamento entre classes, dado exposto principalmente através do progresso citadino pautado em duas frentes ideológicas centrais: determinismo e cientificismo.

Os africanos afluíram todos para essa cidade e nela se concentraram, e passaram a viver do pequeno comércio, dos fretes (ganhadores ou mariolas), como aguadeiros, pequenos lavradores e criadores assim como zeladores de grandes prédios da Cidade Baixa, onde tinham reputação de probidade. As mulheres passaram a sobreviver das vendas e quitandas, ou trabalhando como ambulantes. (RODRIGUES, 1988: 101).

Em *Tenda dos Milagres* esse cenário de transfigurações na cidade de Salvador é representado no universo do Pelourinho, centro de resistência de uma nova camada popular que se formava e que retirava sobrevivência material dos trabalhos artesanais e a sobrevivência espiritual da cultura vivida cotidianamente, esta descartada e comprimida urbanisticamente pelas novas ideologias — as quais pegaram carona no novo sistema republicano — de modernização e civilidade. Amado, na construção de suas ilustrações, dá conta permanentemente em sua obra de pessoas que se alojaram “nos mercados e feiras, no cais do porto, nas esquinas e becos da cidade” (AMADO, 1982: 153), uma população que em

maioria não recebeu “nenhum apoio do Estado, nem para ter acesso à (*sic*) terra, nem aos instrumentos de trabalho, nem ao ensino” (VASCONCELOS, 2002: 274).

O novo projeto espacial-social da cidade, pensado pela elite econômica e os poderes públicos, estava pautado no modelo urbano das grandes cidades europeias, em especial Paris, exemplo de modernização urbana e civilizatória bem sucedida. “Em nome dos ideais modernizadores, desprezou-se qualquer preocupação com a preservação do passado, negou-se o convívio entre o velho e o novo, empreendeu-se uma verdadeira reforma demolidora”. Para sustentar tais iniciativas, porém, adotaram-se argumentos que se tornaram âncoras para as ações do poder público sobre a urbe, tais como a ideia da pobreza aliada à imoralidade e à saúde, tratando esses temas com execuções conjuntas; a higienização dos comportamentos dos pobres e dos trabalhadores; e a segregação entre “negros” e “brancos” com divisões claras na geografia urbana. “Os órgãos de imprensa, as lideranças políticas e administrativas e as elites foram os responsáveis pela divulgação da idéia (*sic*) de que era necessário destruir o velho, o passado, o sujo para se construir o novo, o moderno, o limpo” (LEITE, 1996: 13). Esses fatores eram elencados como vitais ao caminho da civilidade.

Movido por essas perspectivas ideológicas, “a modernização, urbanização, higienização, normatização, moralização dos costumes” tomaram conta da nova estruturação urbana na cidade de Salvador. Novas dinâmicas ocupacionais dos espaços urbanos, a mobilidade, a não preservação da memória e a uma segregação social evidente “seguiam um decurso tal que se referir à modernização ou à urbanização ou a higienização implicava sempre referir-se a outras tantas ‘ações’”. Viam-se, nessas políticas públicas, caracteres generalistas e que funcionavam em cascata, com vistas não somente “para os problemas relacionados à estrutura e infraestrutura urbana e para a qualidade das habitações”, mas também aos “hábitos da população, assumindo uma dimensão social. Ele implicou ações em três planos: o do espaço público, o do espaço privado e o da vida” (CONCEIÇÃO, 2010: 3).

Na obra de Amado aqui analisada, um tema presente é o cerceamento das liberdades individuais da população pobre de Salvador, principalmente no que diz respeito a suas vivências religiosas de matriz africana. Amado ilustra a representação de Pedrito Gordo, personagem “com equivalência na história real. Trata-se do delegado Pedro Azevedo Gordilho, tristemente famoso nas tradições orais do povo de santo como um policial despótico, perseguidor incansável de candomblés nos anos 1920” (REIS, 2010: 298). Tal

perseguição é colocada como uma forma de abafar a voz do negro e do mestiço numa sociedade de aspirações outras. Observa-se na passagem do romance:

Ademais, há o seguinte: estamos numa luta, cruel e dura. Veja com que violência querem destruir tudo que nós, negros e mulatos, possuímos, nossos bens, nossa fisionomia. Ainda há pouco tempo, com o delegado Pedrito, ir a um candomblé era um perigo, o cidadão arriscava a liberdade e até a vida. (AMADO, 1982: 284).

Há de se ver também que as estruturas ocupacionais da população em Salvador na primeira república não tiveram grandes alterações. Ex-escravos continuaram a se dedicar, predominantemente, ao setor artesanal, e com a economia murcha, em passos vagarosos, pautada ainda na questão agrária, mas agora com uma nova demanda trabalhista levou-se a “permanência de uma estrutura social pautada na simbiose de cor e hierarquização social não permitindo aos negros ascenderem aos melhores postos de trabalho, permanecendo relegados ao exercício de atividades manuais e de caráter subalterno” (SANTOS, 1994: 103).

Nesse processo, a Faculdade de Medicina da Bahia aglutinou todo o valor de “verdade” imposto pela oligarquia com o respaldo do discurso científico. A influência da Faculdade traz um novo regime ideológico que permite a articulação direta entre os interesses modernizantes e civilizatórios — termos que implicavam ações higienistas — das elites locais, ou seja, “estabelecer novas hierarquias sociais que mantivessem o *status quo*. Nesse sentido, as ideologias raciais supriam sobremaneira essa necessidade, pois incidiam sobre o mesmo grupo populacional subordinado pelas relações escravistas.” (SANTOS, 2001: 03).

O discurso higienista — que adentra ao campo individual e coletivo na cidade — é amparado, principalmente, pela Faculdade que viabiliza o valor “verdade” dessas ações. Nina Rodrigues, ex-professor de medicina legal, é um exemplo desse regime de caráter positivista e baseado num determinismo racial: “a raça negra no Brasil por maiores que tenham sido seus incontáveis serviços a nossa civilização há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”, e reforça “consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva a nossa nacionalidade” (RODRIGUES, 1988: 07). Santos contrapõe a fala de Nina Rodrigues:

As elites brasileiras (...) reproduziam, igualmente, os obstáculos para a integração e a ascensão social dos afro-brasileiros dentro da sociedade brasileira. Criaram práticas sociais novas de depreciação dos afro-brasileiros baseadas em considerações sobre a inferioridade biológica e cultural dos afro-brasileiros frente aos brancos. Elas ampliaram os meios e os argumentos para a criação dos obstáculos que lhes impediam a ascensão e o reconhecimento social dos não brancos. (...) Outra estratégia foi a implementação de políticas públicas que desalojaram os afro-brasileiros dos espaços onde eles reconstruíam suas

identidades e desenvolviam atividades para proverem sua subsistência. (SANTOS, 2001: 03).

O país que entrava numa nova era trouxe nesse bojo a ideia, em contorno oficial, do melhoramento da raça, que é um “dado científico e comparativo para museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens da lei; um índice tenebroso na visão dos médicos”, o que refletiu de forma assertiva no meio social, então, “se a diferença já existia é nesse momento que é adjetivada” (SCHWARCZ, 1993: 242).

Invariavelmente, esses pensamentos segregacionistas eram fincados a luz de pressupostos positivistas e do darwinismo social, recorrendo à biologia com definições entre meio e raça para estabelecer modelos civilizatórios. Muitos intelectuais brasileiros adotaram posições de cunho racista para construir um imaginário de um Brasil em formação: Euclides da Cunha (1866-1909), Aluísio de Azevedo (1857-1913), Graça Aranha (1868-1931), Silvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906). As ideias positivistas referenciadas por tais autores vêm, principalmente, de Charles Darwin (1809-1882), Hippolyte Taine (1828-1893), Thomas Buckle (1821-1862) e da antropologia criminal de Cesare Lombroso (1805-1909).

Nota-se uma lacuna a ser preenchida por intelectuais de diversas disciplinas e da literatura e que é vista por Maria S. Bresciani como “lugares comuns” de “carência” por algo inconcluso, um vazio inaudito, porém, estrondoso. Segundo ela, “nossa identidade se constitui na falta, naquilo que não tivemos, na ausência de predicados, na incapacidade de triunfar. Há um vazio a ser preenchido, se possível for” (BRESCIANI, 2005: 107).

Os fatores já mencionados serviram de mola propulsora para a instalação de um debate que, cogita-se aqui, teve necessidade em brotar num contexto de ostensiva exploração de um povo e suas diferentes etnias. “Os primeiros intelectuais negros a fazerem uso da ‘etnização’ como meio de integração e reconhecimento social no mundo branco foram intelectuais orgânicos, como, sem dúvida, os chamaria Gramsci”, desses vislumbrou-se a nascente Antropologia, que buscava principalmente as sobrevivências culturais. “O mais famoso deles, sem dúvida, foi Martiniano Eliseu do Bonfim, que conversou longamente com Donald Pierson, Mellville, Herskovits, Frank Frazier, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Manuel Querino, entre outros” (GUIMARÃES, 2004: 8).

Toma-se como exemplo a construção de personagens e de diversas tramas na narrativa de Amado que arrancam verossimilhanças de personagens históricos e de situações históricas. O personagem principal, Pedro Archanjo, e seu antagonista, Nilo Argolo, são as ilustrações máximas dessa representação. “A figura de Nina Rodrigues é o modelo para a criação do personagem Nilo Argolo. Já Pedro Archanjo resultaria de uma operação mais complicada” (REIS, 2010: 295). Em seu próprio livro de memórias, *Navegação de Cabotagem*, Amado revela sua inspiração na construção de Pedro Archanjo:

Pedro Archanjo é a soma de muita gente misturada: o escritor Manuel Querino, o babalaô Martiniano Eliseu do Bomfim, Miguel Santana Obá Aré, o poeta Artur de Sales, o compositor Dorival Caymmi e o alufá Licutã — e eu próprio, é claro. De todos eles Archanjo incorpora um traço, uma singularidade, a preferência, o tom de voz, o gosto da comida, o trato das mulheres, a malícia. Tento saber mais acerca do alufá e da nação malê. (AMADO, 1992: 96).

Da mesma forma que existe o dialogo com a representação de Manuel Querino em Archanjo — principalmente “o lado ‘intelectual’ e militante foi inspirado no mestiço Manuel Querino (1851-1923), abolicionista, professor de desenho, sindicalista e estudioso da história e cultura do negro na Bahia, inclusive do candomblé” — acontece também com o personagem Nilo Argôlo, desenho representativo do catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, Nina Rodrigues — que trava debates intelectuais acerca de raça e mestiçagem com Archanjo. Numa passagem que descreve os dizeres de Argolo, as questões raciais e o contexto imaginário na elaboração de *Tenda dos Milagres*, é notório:

(...) o professor de Medicina Legal resumia e ordenava suas conhecidas ideias e teses sobre o problema de raças no Brasil. A superioridade da raça ariana. A inferioridade de todas as demais, sobretudo da negra, raça em estado primitivo, sub-humano. A mestiçagem o perigo maior, o anátema lançado contra o Brasil, monstruoso atentado: a criação de uma sub-raça no calor dos trópicos, sub-raça degenerada, incapaz, indolente, destinada ao crime. Todo nosso atraso devia-se à mestiçagem. (AMADO, 1982: 152).

“É exercício interessante cotejar o romance de Jorge Amado com os escritos de Nina Rodrigues e Manuel Querino, a partir dos quais muitos dos embates entre Archanjo e Argolo foram concebidos” (REIS, 2010: 295). A representação desse debate acerca de raça e mestiçagem é o tema principal da narrativa de Amado em *Tenda dos Milagres* e conduz sua forma estética, entendendo pelo viés de que “a mestiçagem é um etos brasileiro desde há muito, que no Brasil, e em particular na Bahia, os sangues se têm misturado de cima a baixo da hierarquia social, e que o preconceito de cor seria uma ideia fora de lugar”. O olhar empírico-social e o olhar ideológico de Amado transparecem em sua obra artística, não a

transformando em porta-voz da realidade, mas contribuindo ao caráter representativo desta criação literária, embutida de variados vetores simbólicos. Portanto, o romance pode ser “lido como história social, cultural e até intelectual, alegórica, mas verossímil em muitos aspectos” (REIS, 2010: 294).

Considerações finais

É necessário notar que o trabalho aqui desenvolvido não se desfaz numa relação de reflexo da literatura para com a história. Pelo contrário, aqui nota-se a literatura como elemento descentralizador do processo histórico, uma vez que aferindo sua produção surgem questões outrora silenciadas no percurso historiográfico. Há de se dizer que a literatura e o autor literário em questão são metáforas reconhecidas pelo caminho histórico, por serem também produto da realidade histórica, afinal, o autor e sua obra emergem de um tecido conjuntural e falam por seus canais de “verdade”.

Nesse sentido, preocupou-se aqui tratar de questões conjunturais a fim de abordar a obra *Tenda dos Milagres* e o autor literário Jorge Amado. Esse objetivo trouxe em si acoplado as formas de análise que constroem ou desconstroem objetos históricos, além de descortinar caracteres estéticos existentes nesses conjuntos imaginários e que são inerentes a uma produção artística.

Portanto se enxerga a cidade de Salvador e suas variantes culturais e políticas e identifica locais de discurso produzidos na temporalidade. Não se trata de determinar causas e consequências, mas dá sentido aos discursos produzidos acerca da mestiçagem e trazer luz às suas influências no tecido da realidade, bem como o contrário, a forma como esses discursos foram influenciados meio aos debates e suas formulações sobre o espaço em sua temporalidade.

As confluências e os contrapontos presentes não determinaram visões objetivas das relações mestiças e suas supostas identidades, mas trazem bagagens conjunturais de análise a fim de entender algumas trajetórias que registraram estacas ideológicas reverberantes na historiografia e essa contribuição é a valia.

Referências Bibliográficas

AMADO, Jorge. **Navegação de Cabotagem**. Rio de Janeiro: Record. 1992.

AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. Rio de Janeiro: Record. Ed: 28^a. 1982.

AVELINO, Yvone Dias. “História e Literatura: cidades, memórias e esquecimentos na América Latina”. *In*: AVELINO, Y.D; FILHO, R.C.B; FLÓRIO, M (orgs.). **Olhares Cruzados: cidade, história, arte e mídia**. São Paulo: Editora CRV. 2011.

BARROS, José D’Assunção. “As imagens da cidade na reflexão urbana”. *In*: **Cidade e História**. 2^a ed. Petrópolis: Vozes. 2012.

BARROS, José D’Assunção. “História Cultural: um panorama teórico e historiográfico”. *In*: **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB**. Volume 11, nº 1/2. Dezembro de 2003.

BRESCIANI, Maria S.. **O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil**. São Paulo: Edunesp. 2005.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2010.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. “A Bahia e a “civilização”: a cidade do Salvador no Brasil republicano”. *In*: **Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia IFBA**. Nº 1. Ano 1. 2010.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Manuel Querino e a formação do “pensamento negro” no Brasil, entre 1890 e 1920**. Artigo apresentado no XXVIII Encontro de Anpocs. Caxambu. Outubro de 2004.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. **E a Bahia civiliza-se**. Salvador: UFBA. [Dissertação de mestrado em História]. 1996.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “E as palavras têm segredos... Literatura, utopia e linguagens na escritura de Ana Maria Machado”. *In*: MACIEL, L. A; ALMEIDA, P. R de; KHOURY, Y. A (orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d’Água. 2006.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *In*: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, nº 10. 1992.

REIS, João José. “Raça, política e história na tenda de Jorge”. *In*: AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

RODRIGUES, Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso Editora. 1957.

RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional; Brasília: EUNB. 1988.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. **O poder legislativo na Bahia: Primeira República (1889-1930)**. Salvador. UFBA, 1985.

SCHWARCZ, Lília Moritz. “O artista da mestiçagem”. In: GOLDSTEIN, Ilana Seltzer e SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **O universo de Jorge Amado**. São Paulo: Cia das Letras, v.2. 2009.

SCHWARCZ, Lília K.. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870/1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1983.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11ª ed. São Paulo. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador: Transformações e permanências (1549-1999)**. Ilhéus: Editus, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a Cidade: na História e na Literatura**. São Paulo: Cia das Letras. 2011.